

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Brasília, 25 e 26 de setembro de 2015

Elaboração:

Conselho Federal de Nutricionistas - CFN
(Gestão CFN 2015-2018)

Comissões de Formação Profissional CFN/CRN
Comissão de Avaliadores do Sistema CFN/CRN
Conselhos Regionais de Nutricionistas – CRN
Unidade Técnica/CFN

Agradecimentos

O Conselho Federal de Nutricionistas, por meio da sua Comissão de Formação Profissional, agradece a presença e a participação de todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização do II Encontro Nacional de Formação Profissional, realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2015, em Brasília, com o tema “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, desafios e possibilidades”.

Apresentamos os nossos especiais agradecimentos aos integrantes da Comissão Organizadora do Evento que foi composta por representantes: do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB), da Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), da Associação Brasileira de Educação em Nutrição (ABENUT) e da Comissão de Avaliadores dos cursos de Nutrição do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (CFN/CRN). Assim como, aos palestrantes convidados e aos Conselhos Regionais de Nutricionistas.

SIGLAS

ABENUT	Associação Brasileira de Educação em Nutrição
ASBRAN	Associação Brasileira de Nutrição
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CFP	Comissão de Formação Profissional
CGAN	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONBRAN	Congresso Brasileiro de Nutrição
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRN	Conselho(s) Regional(is) de Nutricionistas
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais (do Curso de Graduação em Nutrição)
EaD	Ensino à Distância
ENEN	Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição
I ENFP	I Encontro Nacional de Formação Profissional (realizado em Brasília, 27 e 28 de setembro de 2013)
II ENFP	II Encontro Nacional de Formação Profissional (realizado em Brasília, 25 e 26 de setembro de 2015)
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SGTES	Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Sistema CFN/CRN	Sistema formado pelo conjunto dos Conselho Federal e Regionais de Nutricionistas
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 OFICINAS REGIONAIS.....	6
3 EVENTO.....	13
3.1 PARTICIPANTES.....	13
3.2 MOMENTOS.....	17
3.2.1 Programação.....	17
3.2.2 Relatos.....	18
3.2.2.1 Momentos no auditório.....	18
3.2.2.2 Grupos de trabalhos.....	22
3.2.2.3 Oficinas de formação profissional.....	22
3.2.3 Síntese dos relatos dos Grupos de trabalhos.....	26
3.3 AVALIAÇÃO.....	29
3.3.1 Questões objetivas.....	29
3.3.2 Questões abertas.....	31
3.3.2.1 Considerações.....	31
3.3.2.2 Elogios.....	32
3.3.2.3 Sugestões.....	32
4 O QUE ESPERAMOS.....	34
ANEXOS.....	35

1 APRESENTAÇÃO

Os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (Sistema CFN/CRN) atentos ao compromisso de aproximação com as Instituições de Educação Superior – IES formadoras dos nutricionistas no Brasil e à Lei nº 6.583/1978 (art. 9, inciso XII - “estimular a exação no exercício da profissão, zelando pelo prestígio e bom nome dos que a exerce”), realizou o II Encontro Nacional de Formação Profissional - II ENFP, nos dias 25 e 26 de setembro de 2015, em Brasília/DF, abordando o tema “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, desafios e possibilidades”.

Este evento deu prosseguimento às discussões que tiveram início no I Encontro Nacional de Formação Profissional – I ENFP (Brasília/DF, 2013), com o tema “Qualidade na formação e exercício profissional, presente e futuro” e na Oficina de Formação Profissional realizada durante o XXIII Congresso Brasileiro de Nutrição – CONBRAN (Vitória/ES, 2014), no sentido de alavancar as reflexões na melhoria da qualidade da formação do nutricionista.

O processo adotado para a realização dos Encontros (I e II ENFP) contemplou, primeiramente, a realização de Oficinas Regionais, sob a coordenação dos CRN numa escuta qualificada junto aos cursos de graduação em Nutrição, de cada jurisdição. O resultado destas discussões foi encaminhado ao CFN, que, após sistematização, subsidiou a realização dos encontros.

A compilação e análise do material resultante do I ENFP e da Oficina no XXIII CONBRAN, evidenciou a necessidade de uma ampla discussão sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição – DCN (Resolução CNE/CES nº 5/2001). Dessa forma, repensar a concepção de mundo, de sociedade e de formação do nutricionista vem se tornando cada vez mais uma necessidade da atualidade.

O consenso entre a Comissão de Formação Profissional - CFP/CFN e os membros colaboradores do planejamento do II ENFP (integrantes da Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN, Associação Brasileira de Educação em Nutrição – ABENUT, Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, da Universidade de Brasília - OPSAN/UnB e da Comissão dos Avaliadores de cursos de Nutrição do Sistema CFN/CRN) optaram por eleger as DCN como tema, aprofundando as reflexões do cenário que desponta para a formação dos profissionais da saúde.

A adoção da estratégia participativa, no 1º semestre de 2015, estimulou o Sistema CFN/CRN a convidar os Coordenadores de Curso de Graduação Nutrição para participarem das oficinas promovidas em cada CRN, objetivando discutirem a aplicação das DCN nos cursos de graduação em Nutrição. Na ocasião foi utilizado instrumento com questões abertas (Anexo 1), respondido pelos coordenadores. Os dados remetidos pelos CRN foram consolidados pelo CFN, os quais foram considerados durante os trabalhos do II ENFP, cujos resultados são apresentados nas próximas páginas.

Conselho Federal de Nutricionistas - CFN
(Gestão CFN 2015-2018)

Brasília, 02 de fevereiro de 2016.

2 OFICINAS REGIONAIS

No 1º semestre de 2015, ocorreram oficinas promovidas pelos CRN em suas jurisdições, com coordenadores de curso, principalmente, sobre a aplicação das DCN. Como facilitador das discussões, foi respondido pelos coordenadores, instrumento com questões abertas sobre o tema (Anexo 1). Os resultados desses momentos foram repassados ao CFN, estando os itens listados no Quadro 1. Importante ressaltar que se obteve o quantitativo de 43 instrumentos com respostas às questões de “informações do curso”, respondidos pelos respectivos coordenadores, o que representou menos que 10% dos cursos (presenciais) de Nutrição – ao final do 1º semestre de 2015, sabendo-se que no sistema e-MEC (emec.mec.gov.br) eram acessíveis 456 cursos presenciais, 335 com ato regulatório “reconhecimento” publicado. Todo o conteúdo foi orientador para a construção do evento.

Quadro 1. Informações/documentos repassados ao CFN pelos CRN, relacionados às Oficinas Regionais de Formação Profissional realizadas no 1º semestre de 2015.

CRN	ITENS
1 <i>DF, GO, MT, TO</i>	Identificação de 6 instituições e quadro resumo dos dados coletados pelo preenchimento do instrumento.
2 <i>RS</i>	Identificação de 15 instituições e quadro resumo da oficina, realizada em 19 de junho de 2015, na sede do Regional, com 9 instituições participantes.
3 <i>SP, MS</i>	Instrumentos de 26 instituições, quadros resumos e relatos das oficinas realizadas em 29 de junho de 2015 e 29 de maio de 2015, em Campo Grande (MS) – 18 participantes - e em São Paulo (SP) – 59 participantes –, respectivamente.
4 <i>ES, RJ</i>	Relato da oficina realizada em 27 de junho de 2015, no Rio de Janeiro (RJ) – 52 participantes (diretores/coordenadores dos cursos de graduação, docentes de diferentes áreas de atuação, discentes e representante de Associação, sendo 9 cursos representados). No ES houve baixa adesão das IES, não ocorrendo a oficina.
5 <i>BA, SE</i>	Quadro resumo e relato da oficina, realizada em 07 de julho de 2015, 11 participantes - 3 estudantes, 4 coordenadores e 4 docentes.
6 <i>AL, CE, MA, PB, PE, PI, RN</i>	Quadros resumos e relatos das oficinas, realizadas em: - Pernambuco, 10 de julho de 2015, 25 participantes - 10 instituições representadas, além de participação de preceptora de estágio curricular para a área de Saúde Pública; - Alagoas, 11 de junho de 2015, coordenadores de cursos, professores e estudantes, delegados e fiscais da delegacia - 7 entidades representadas, incluindo associações e sindicato; - Piauí; - Paraíba (Campina Grande e João Pessoa), 19 de junho de 2015 - 4 instituições, sendo 4 coordenadores, 3 estudantes, 2 professores e representantes do CRN, diretor-adjunto de instituição –, em Campina Grande; - Ceará - 5 instituições representadas.
7 <i>AC, AM, AP, PA, RO, RR</i>	Instrumentos de 5 instituições, quadro resumo e relato da oficina, realizada em 26 de junho de 2015, 17 participantes.
8 <i>PR</i>	Instrumentos de 8 instituições, atualização dos dados dos cursos do estado e relato da oficina, realizada em 19 de junho de 2015, em Curitiba, participação de docentes e coordenadores - 10 instituições representadas.
9 <i>MG</i>	Instrumentos de 4 instituições e relato da oficina, realizada em 18 de junho de 2015, na sede do regional - 4 instituições representadas.
10 <i>SC</i>	Atualização dos dados dos cursos do estado, quadro resumo e relato da oficina, realizada em 29 de maio de 2015, em São José, com 21 participantes - 7 instituições representadas, além do sindicato.

Como resultado do preenchimento das questões pelos coordenadores, foi possível conhecer dados de identificação e sobre os cursos, compartilhados a seguir.

• Identificação dos cursos

Quadro 2. Dados referentes à identificação dos cursos de graduação em Nutrição, que foram encaminhadas ao CFN pelos CRN, durante o 1º semestre de 2015, coletadas via instrumento (em Anexo 1).

Informações relacionadas aos cursos de graduação em Nutrição	Valores/número				Total de cursos que disponibilizaram os dados
	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	MEDIANA	
Carga horária (horas) *	3.012	4.080	3.433	3.345	64
Tempo de coordenação (anos)	2 meses	25	4	3	55
Nº de estágios (componentes curriculares)	2	8	4	3	64
Carga horária do estágio (horas) *	360	918	719	720	64
Nº de componentes curriculares a distância	1	13	5	4	26
Nº de vagas ofertadas por ano	40	720	125	100	63
Nº de egressos em 2014	4	128	35	30	53
Nº de docentes	9	124	26	22	64
Nº de professores nutricionistas	1	35	9	7	62
Nº de docentes nutricionistas no Núcleo Docente Estruturante - NDE	1	11	4	4	62
Ano da última revisão curricular	2006	2015	2013	2014	63

* Carga horária informada em hora/aula foi transformada para hora/relógio.

• Informações dos cursos

O enunciado das questões no instrumento foi antecedido pelo seguinte texto:

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no cenário da Educação Superior estimula o conhecimento dos problemas globais, nacionais e regionais. Tais prerrogativas são reafirmadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Nutrição (DCN), acolhendo a importância do atendimento às demandas sociais, com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de promoção prevenção e reabilitação da saúde, individual e coletiva. Para melhor subsidiar a pauta do nosso II Encontro Nacional de Formação Profissional, solicitamos que sejam respondidas, a partir de seus enunciados, as questões a seguir que devem ser observadas na organização curricular”.

PRIMEIRA QUESTÃO. A formação pedagógica dos docentes é fundamental para o avanço no sentido de práxis que possa integrar a linha do cuidado e a humanização para construção de uma formação humanista, crítica e reflexiva: Como as práticas pedagógicas são realizadas pelos docentes para desenvolver tais competências?

Observação. Seis (6) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 37 respostas foram observadas 227 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Docente (capacitação/apoio da instituição para sua atuação)	22
Problematização	13
Estágios	12
Visitas técnicas	11
Ensino/Pesquisa/Extensão (articulação)	10
Teoria/Prática (articulação)	10
Metodologias ativas	8
Estudos de casos	7
Práticas	11
Casos clínicos	5
Estudos dirigidos	5
Disciplinas	4
Extensão	4
Interdisciplinaridade	4
Artigos científicos	3
Atividades extra “muros”/sala	3
Eventos	3
Iniciação científica	3
Ações sociais	2
Atividades complementares	2
Atividades integradoras	2
Currículo integrado	2
Debates	2
Exercícios direcionados	2
Feiras	2
Fórum direcionados	2
Jornada	2
Metodologias variadas	2
Oficinas	2
Palestras	2
Projetos	2
Simpósios	2
Trabalho em grupo	2

Respostas mencionadas apenas uma (1) vez: Ação/reflexão/ação; Ações entre cursos; Ações interdisciplinares; Alimentação Escolar do Município (vínculo); Ambiente digital; Atividade de campo; Atividades multidisciplinares; Atuação na comunidade local e regional; Aula dialogada/participativa; Aula expositiva; Aulas inaugurais; Comunidades (parcerias); Congressos; Conselho Municipal de Segurança Alimentar (participação); Convivência prática; CRN com vínculo; Currículo com elementos essenciais no campo da alimentação e nutrição; Currículo por competências; Cursos extracurriculares; Diário de história de vida; Dinâmica de grupos; Discussões multiprofissionais; Eixos articuladores entre si; Empresas (parcerias); Ensino/Serviço/Comunidade (articulação); Experimentos; Filmes (discussão); Formação/Controle social; Inserção nas áreas de atuação; Laboratórios; Leitura de textos; Livros; Mapa conceitual; Metodologia interacionista/construtivista; Metodologias dinâmicas; Metodologias eficazes; Minicursos; Módulos com áreas temáticas; NDE acompanhando planejamento de disciplinas; Notícias de jornais; Observação da realidade; Órgãos públicos (parcerias); Planos de ações; Portfólio; Revistas; Saber/Fazer/Conviver; Secretaria de Saúde (vínculo); Semanas; Seminários; Sindicato vinculado; Socialização de experiência; TCC; Técnicas de ensino; Telejornais; Teoria; Textos especializados; Viagem de estudos; Visitas de profissionais; Vivências SUS.

SEGUNDA QUESTÃO. Em relação ao perfil profissional, considerando que as DCN propõem “nutricionista, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural”: Como o percurso de formação do seu curso encontra correspondência na construção de competências gerais (DCN - tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente) inerentes a um perfil do egresso generalista, humanista e crítico?

Observação. Quatorze (14) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 29 respostas foram observadas 112 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Disciplinas	11
Estágio	9
Projetos	5
Teoria/prática	5
Ensino/Pesquisa/Extensão (articulação)	4
Extensão	3
Docente como mediador para construir o conhecimento	3
Práticas	3
Artigos	2
Atendimento em nutrição	2
Atividades com a comunidade	2
Currículo integrado	2
Debates	2
Eventos	2
Grupos de trabalho	2
Metodologias ativas	2
Pesquisa	2
Problematização	2
Seminários	2

Respostas mencionadas apenas uma (1) vez: Ações entre cursos; Ações solidárias; Aluno como responsável; Atividades de campo; Atividades dentro das áreas de nutrição; Atividades educativas; Atividades específicas do curso; Atividades integradas; Avaliação das atividades; Capacitação em temas transversais; Centro acadêmico; Conselho Municipais (envolvimento de alunos em reuniões); Currículo baseado em competências; Educação interprofissional; Eixos de diferentes níveis de complexidade; Estudos de caso; Feira científica; Feira da saúde; Flexibilidade curricular; Formação continuada em saúde (promoção); Formação para exercício da cidadania; Formação para pesquisa; Formação para prática profissional; Fórum virtual; Grupos específicos para intervenção nutricional (formação e manutenção); Iniciação científica; Interdisciplinaridade; Laboratório de dietética; Material didático atualizado; Metodologia de acordo com a realidade da instituição; Metodologia didático-pedagógica; Monitoria; Nivelamento; Núcleos de conteúdos essenciais; Oficinas; Planos de ação; Pós-graduação (motivação para participação); PPC voltado para a realidade local; Pressupostos científicos; Questionamentos; Simpósio de nutrição; Sistema de avaliação variados; TCC; Teste de progresso; Trabalhos científicos (organização e apresentação); Visitas técnicas; Vivências em equipes.

TERCEIRA QUESTÃO. No atual contexto educacional, cada curso tem a possibilidade de construir um diferencial curricular a partir da sua realidade: Como a inovação, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade têm sido trabalhadas na formação profissional no seu curso?

Observação. Oito (8) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 35 respostas foram observadas 194 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Ações entre cursos	13
Estágio	13
Práticas	10
Atividades complementares	7
Projetos	6
Ensino/Pesquisa/Extensão (articulação)	6
Interdisciplinaridade	6
Extensão	5
Disciplinas	5
Iniciação científica	4
Oficinas	4
Teoria/Prática (articulação)	4
Visitas técnicas	4
Ações com a comunidade	3
Avaliação de resultados	3
Docentes capacitados	3
Metodologias ativas	3
Palestras	3
Simpósios	3
Trabalho em equipes	3
Artigo científico	2
Congressos	2
Estudos dirigidos	2
Eventos	2
Flexibilidade curricular	2
Fóruns	2
Problematização	2
Programas de iniciação científica	2
TCC	2
Trabalho integrado	2
Currículo agrupado em núcleos	2

Respostas mencionadas apenas uma (1) vez: Ações sociais; Agenda 21 (participação); Alinhamento com as demais instituições da rede; Articulação entre produção do conhecimento e desenvolvimento social; Atendimento a população; Atividades extraclasse; Atividades independentes; Aulas de tópicos avançados em nutrição semanalmente; Aulas especiais; Base de dados acessível; Biblioteca com acervo atualizado; Campos de estágio; Caso clínico; Cestas coletivas; Colegiado das atividades complementares; Colegiado do curso (estímulo interdisciplinar); Colegiado em constante atualização; Conhecimento e interação com a realidade social; Conselhos de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar (docentes integrantes); Contextualização de mercado; Coordenadores de pesquisa e extensão; Currículo atualizado; Curso em sistema de créditos; Cursos de aprofundamento; Cursos de atualização; Diagnóstico e planejamento participativos; Diálogo; Diretório acadêmico (existência); Discente como agente principal de sua aprendizagem; Eixos estruturantes institucionais; Encontros de pesquisa; Ensino presencial/on line; Extensão/ensino; Festival gastronômico; Gestão participativa; Informações atualizadas; Jornada de nutrição (anual); Laboratório de informática; Laboratórios acadêmicos; Liga de cardiologia; Matriz curricular de acordo com a legislação vigente; Minicursos; Mostra de trabalhos; Mostra gastronômica regional; PET; Produção científica (estímulo); Programa ciências sem fronteiras; Projeto instituição cidadã; Questionamentos; Residência multiprofissionais (participação dos projetos); Secretarias municipais (participação dos projetos); Semana de estudos da nutrição (anual); Seminários; Sociodiversidade; Tecnologia das informações e comunicação; Temas integrativos; Tendências de mercado; Teste progresso; Trabalhos de pesquisa; Trabalhos individuais; Trabalhos transdisciplinares; Trote solidário; Viagens técnicas; Vídeos.

QUARTA QUESTÃO. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ressalta na dimensão didático-pedagógica, inserida na organização institucional, a relevância da coordenação de curso: Como você percebe sua atuação na gestão do seu projeto pedagógico, refletindo especialmente sobre a autonomia, disponibilidade docente, infraestrutura da IES e/ou outra questão importante para sua realidade?

Observação. Oito (8) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 35 respostas foram observadas 92 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Coordenação ocorre de forma participativa (NDE; Diretorias; Equipe; Conselho, Colegiado; Corpo docente; Corpo discente)	30
Corpo docente adequado	17
Infraestrutura adequada	16
Coordenação possui autonomia para realizar partes de suas atividades	8
Coordenação possui autonomia para realizar suas atividades	7
Corpo docente insuficiente	6
Coordenação possui suas ações condicionadas ao padrão da instituição	5
Infraestrutura inadequada	3

QUINTA QUESTÃO. A carga horária deve ser suficiente para desenvolver as competências inerentes ao perfil do egresso definido nas DCN: Como você considera a relação da carga horária do seu curso com o perfil esperado do egresso?

Observação. Seis (6) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 37 respostas foram observadas 37 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Carga horária adequada/suficiente/otimizada	27
Carga horária insatisfatória/insuficiente	10

SEXTA QUESTÃO. O que você avalia como necessário para implementar transformações que possam privilegiar uma formação humanista, crítica e reflexiva para o conceito atual de saúde?

Observação. Doze (12) instrumentos não apresentaram resposta para a questão. Dentre as 31 respostas foram observadas 94 possibilidades. Sendo:

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Corpo docente comprometido e competente	12
Práticas ampliadas	10
Ações voltadas e na comunidade/Extensão	6
Carga horária ampliada	6
Estágio adequado	6
Componentes curriculares (ciências humanas e sociais)	5
Discentes ativos	5
Metodologias ativas/problematização	5
Pesquisa incentivada	4
Conselhos de classe próximos ao curso	3
Teoria/Prática (articulação)	3
Disciplinas com integração	3
Interdisciplinaridade	2
Atualizações de mercado	2

Respostas	Nº de instrumentos com a presença de resposta
Avaliação processual	2
Valorização da vida do ser humano/Qualidade de vida	2
Segurança alimentar e nutricional presente	2
Ética compreendida e aplicada	2
Educação permanente	2

Respostas mencionadas apenas uma (1) vez: Boa formação na graduação; Bolsa de estudo; Cuidado centrado nas pessoas; Cultura; Disciplinas de transição (ensino básico/superior); Egressos (manter vínculo); Gestão competente; Lei de estágio revisada; Nutricionista na atenção básica à saúde próximo da Instituição; Políticas governamentais inseridas em sala de aula e estágio; Prevenção como foco; e Tecnicidade da profissão deve ser diminuída.

3 EVENTO

3.1 PARTICIPANTES

Em Brasília/DF, durante os dias 25 e 26 de setembro de 2015, ocorreu o II ENFP. Foram registrados 155 presentes, dos quais 87 representantes de IES (53 privadas e 34 públicas), sendo coordenadores de curso (72), vice-coordenadores (3) e docentes com atividades ligadas à coordenação (12).

Os demais eram representantes de entidades/órgãos (64): Conselhos Regionais e Federal de Nutricionistas (41), Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (8); Ministérios: Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (7); Associações de Nutrição (4); Federação dos Nutricionistas (1); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (1); Conselhos Nacionais: Segurança Alimentar e Nutricional e Secretarias Municipais de Saúde (2).

Ainda, 4 colaboradores do evento que não representavam instituições (palestrantes/responsáveis por oficinas). Alguns participantes representaram mais de uma entidade, não tendo sido computado acima – nenhuma entidade deixou de ser mencionada (Tabela 1).

Tabela 1. Informações sobre os presentes no II ENFP, Brasília/DF, 2015.

INFORMAÇÕES	QUANTIDADE
Representantes de IES	87
Coordenador de curso	72
Vice coordenador	3
Docente com atividades ligadas à coordenação	12
Representantes de entidades/órgãos	64
Conselhos Regionais e Federal de Nutricionistas	41
Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição	8
Ministérios (Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome)	7
Associações de Nutrição	4
Federação dos Nutricionistas	1
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1
Conselhos Nacionais (Segurança alimentar e nutricional e Secretarias municipais de saúde)	2
Colaboradores do evento, sem representação	4
TOTAL	155

Dados coletados entre 17 e 22 de junho de 2015, pelo sistema e-MEC do Ministério da Educação - MEC (emec.mec.gov.br), registravam a existência de 455 cursos de graduação em Nutrição, sendo 70 de IES com categoria administrativa pública (15%), 376 de IES com categoria administrativa privada (83%) e 9 com categoria administrativa considerada especial (2%). No evento, participantes provenientes de IES públicas e privadas representaram 39% e 61%, respectivamente (Figura 1).

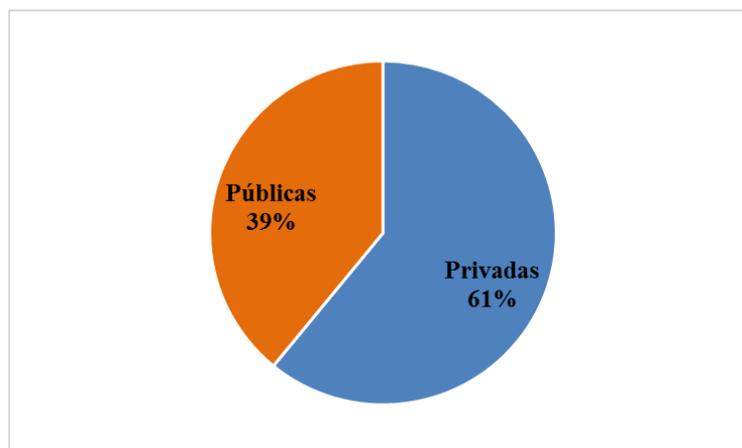


Figura 1. Categoria administrativa das IES representadas no II ENFP, Brasília/DF, 2015.

Dos 87 representantes de IES, foram identificadas 77 instituições distintas. Dessas 27 estiveram representadas no I ENFP/2013 (legenda roxa); duas (02) na Oficina no XXIII CONBRAN/2014 (legenda rosa); e 14 em ambos eventos citados (legenda laranja). Sendo que das IES representadas no II ENFP, 34 não estiveram no I ENFP e na Oficina no XXIII CONBRAN/2014 (legenda branca) (Tabela 2).

Tabela 2. Lista das IES representadas no II ENFP, Brasília/DF, 2015.

Nº	Legenda	IES
1		Centro Universitário Adventista de São Paulo
2		Centro Universitário Católica de Santa Catarina
3		Centro Universitário da Grande Dourados
4		Centro Universitário de Brasília
5		Centro Universitário de Patos de Minas
6		Centro Universitário de Rio Preto
7		Centro Universitário de Sete Lagoas
8		Centro Universitário do Espírito Santo
9		Centro Universitário do Norte
10		Centro Universitário Facex
11		Centro Universitário Franciscano
12		Centro Universitário Univates
13		Escola Superior da Amazônia
14		Faculdade Ages
15		Faculdade Anhanguera de Brasília
16		Faculdade Arthur Sá Earp Neto
17		Faculdade Assis Gurgacz
18		Faculdade de Apucarana
19		Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
20		Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba
21		Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande
22		Faculdade de Juazeiro do Norte
23		Faculdade de Minas
24		Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí
25		Faculdade Estácio São Luís
26		Faculdade Ingá
27		Faculdade Internacional da Paraíba
28		Faculdade Juazeiro do Norte
29		Faculdade Metropolitana de Blumenau
30		Faculdade Metropolitana de Campinas
31		Faculdade Pernambucana de Saúde
32		Faculdade São Lucas
33		Faculdade União de Goyazes

Nº	Legenda	IES
34		Faculdades ESEFAP
35		Pontifícia Universidade Católica do Paraná
36		Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
37		Universidade Católica de Brasília
38		Universidade Católica do Salvador
39		Universidade Católica Dom Bosco
40		Universidade Comunitária da Região de Chapecó
41		Universidade de Brasília
42		Universidade de Fortaleza
43		Universidade de Passo Fundo
44		Universidade de São Paulo
45		Universidade do Extremo Sul Catarinense
46		Universidade do Sul de Santa Catarina
47		Universidade do Vale do Paraíba
48		Universidade do Vale do Rio dos Sinos
49		Universidade Estadual do Ceará
50		Universidade Estadual do Oeste do Paraná
51		Universidade Federal da Bahia
52		Universidade Federal de Alagoas
53		Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
54		Universidade Federal de Goiás
55		Universidade Federal de Juiz de Fora
56		Universidade Federal de Mato Grosso
57		Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
58		Universidade Federal de Ouro Preto
59		Universidade Federal de Pernambuco
60		Universidade Federal de Santa Catarina
61		Universidade Federal de Santa Maria
62		Universidade Federal do Acre
63		Universidade Federal do Espírito Santo
64		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
65		Universidade Federal do Maranhão
66		Universidade Federal do Oeste da Bahia
67		Universidade Federal do Piauí
68		Universidade Federal do Rio Grande do Norte
69		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
70		Universidade Federal do Triângulo Mineiro
71		Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
72		Universidade Feevale
73		Universidade Paulista
74		Universidade Positivo
75		Universidade Presbiteriana Mackenzie
76		Universidade Presidente Antonio Carlos
77		Universidade São Judas Tadeu

Em relação ao público geral, quanto ao estado de origem, os estados que contaram com mais representantes foram Distrito Federal (local do evento), São Paulo e Rio Grande do Sul (Figura 2). Em relação às jurisdições dos CRN, os CRN com maior número de representantes foram 1, 6 e 3 (Figura 3).

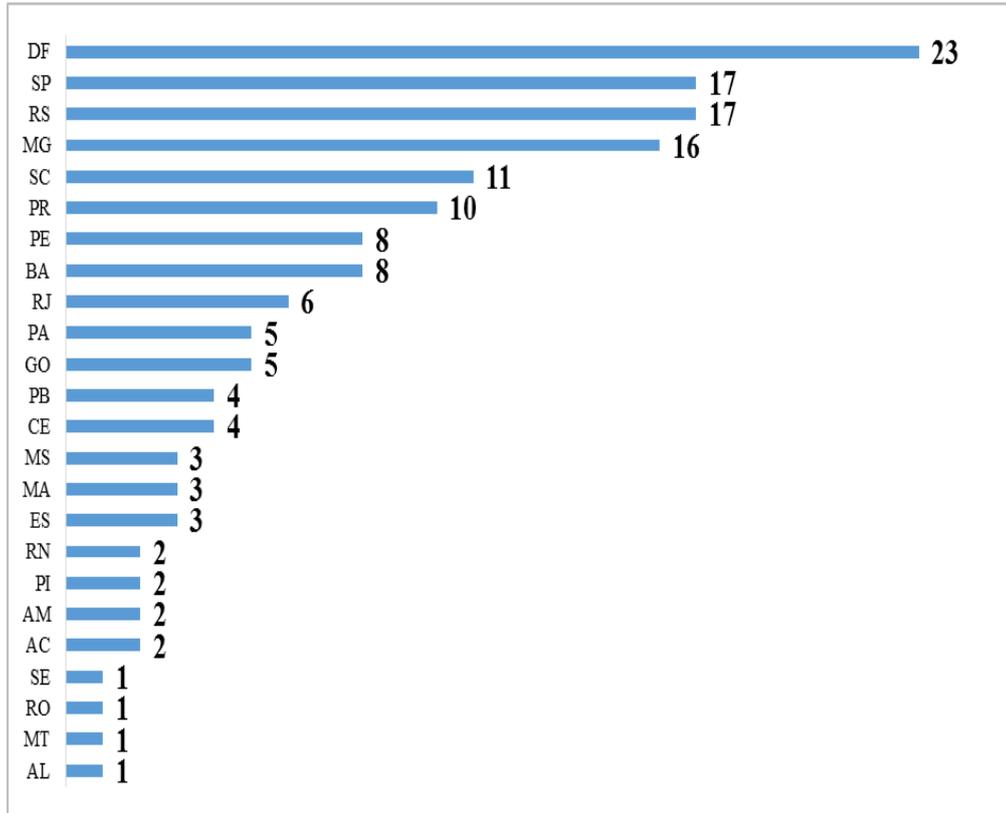


Figura 2. Distribuição dos presentes no II ENFP por estado de origem, Brasília/DF, 2015.

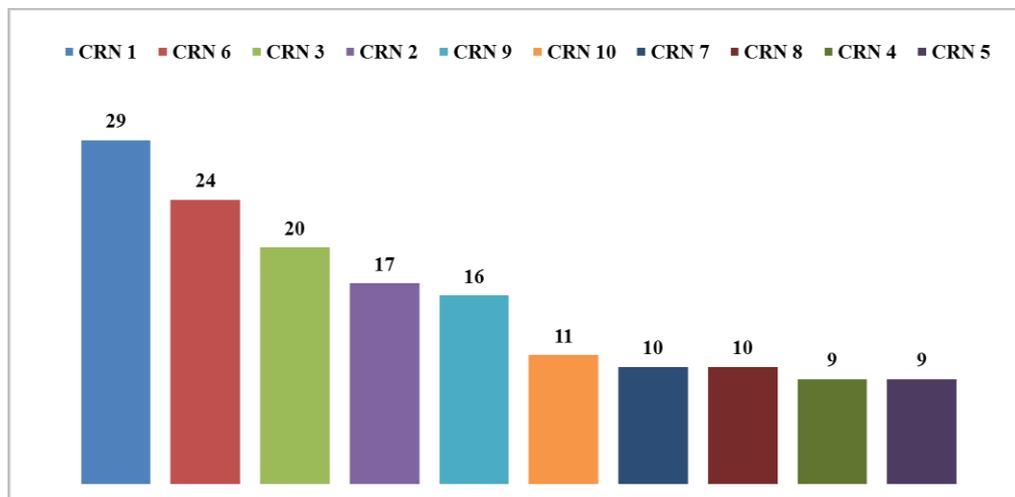


Figura 3. Distribuição dos presentes no II ENFP por enquadramento do estado de origem na jurisdição dos CRN, Brasília/DF, 2015.

3.2 MOMENTOS

3.2.1 Programação

A programação do II ENFP contou com a participação e os momentos conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Programação do II ENFP, Brasília/DF, 2015.

25 de setembro de 2015 (sexta-feira)	
Abertura	Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/CONSEA Carolina Martins dos Santos Chagas, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS Denise Rinehart, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde/CONASEMS Élido Bonomo, Conselho Federal de Nutricionistas/CFN Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Ministério da Educação/MEC
Conferência Magna: Educação emancipatória: desafios da construção do conhecimento	Maria Isabel da Cunha
Mesa: Formação profissional em foco	Contexto atual da formação da saúde: Luísa da Matta Machado Fernandes, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SGTES/MS Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Nutrição: Maísa Beltrame Pedrosa, Associação Brasileira de Educação em Nutrição/ABENUT A formação no ponto de vista do/da estudante: Maíra Bárbara Costa Barreto, Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição/ENEN
Grupos de trabalho	Grupos preto, vermelho, azul e amarelo
Ética na formação profissional	Leonardo Agostini

26 de setembro de 2015 (sábado)	
Oficinas de formação profissional	Oficina 1 - Construção de projetos pedagógicos: Lilian Lessa Andrade Oficina 2 - Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Fernanda Klein Marcondes Oficina 3 - Desafios docentes na avaliação processual: Maria Antônia Ramos de Azevedo Oficina 4 - Relatos de experiências com renovação curricular: Anete Araújo, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC Míriam Carmo Rodrigues Barbosa, Universidade Federal do Espírito Santo/UFES Patrícia Costa Fonseca, Centro Universitário de Sete Lagoas/UNIFEMM Patrícia Teixeira Limaverde, Universidade de Fortaleza/UNIFOR Oficina 5 - Guia alimentar para a população brasileira, 2ª versão: Mônica Rocha Gonçalves, Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/CGAN/MS Lorena Toledo de Araújo Melo, Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/CGAN/MS
Relatos dos grupos de trabalho	
Encaminhamentos	
Encerramento	Representantes dos Grupos preto, vermelho, azul e amarelo Élido Bonomo, Conselho Federal de Nutricionistas/CFN Leida Reny Borges Bressane, Conselho Federal de Nutricionistas/CFN

3.2.2 Relatos

Durante o evento, o CFN contou com o apoio de 5 (cinco) relatoras.

Com o objetivo de ampliar o acesso do conteúdo, abaixo está apresentada a essência dos momentos.

3.2.2.1 Momentos no auditório

❖ 25 de setembro de 2015

Solenidade de abertura

Compôs a mesa de abertura Éliido Bonomo (CFN), Anelise Pinheiro (CONSEA), Denise Rinehart (CONASEMS), Vinícius da Rocha (MEC) e Carolina Chagas (MDS).

- CONASEMS discorreu sobre a importância da parceria com o CFN, por nutricionistas serem envolvidos com a política dos Municípios, o que possibilita melhoria da gestão no que se refere a saúde pública.
- CONSEA ponderou sobre a importância do presente encontro para a segurança alimentar e nutricional.
- MEC apresentou que há discussões entre os Ministérios da Educação e Saúde desde 2013, como: 1) diretrizes curriculares nacionais (alinhamento entre a formação das áreas de saúde); 2) compartilhamento de saberes com relação a interprofissionalidade; e 3) residência multiprofissional. Informou que a referida agenda possui longo prazo, e disponibilizou o apoio para construir mediações entre MEC e CFN.
- CFN explanou que realizou um movimento de identificação na construção de projetos pedagógicos. Apresentou o objetivo do evento de estabelecer diretrizes nacionais nos projetos políticos pedagógicos, considerando importante que é preciso conhecer a sociedade a qual o exercício da profissão se encontra, e que a profissão seja voltada para a saúde social. O evento em síntese poderá informar as diretrizes necessárias.

Conferência Magna: Educação emancipatória: desafios da construção do conhecimento

Responsável: Maria Isabel da Cunha

Moderadora: Leida Reny Borges Bressane

A ministrante explanou sobre a importância da formação profissional, que os mais experientes possuem uma certa responsabilidade com os iniciantes. A formação não condiz apenas com a graduação, o conceito de formação vem se modificando ao longo do tempo. Apresentou critérios de análise das experiências emancipatórias: ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender e/ou procedimentos acadêmicos inspirados nos princípios positivistas das ciências modernas; estímulo ao protagonismo das pessoas em formação; gestão participativa, por meio do qual os sujeitos do processo inovador sejam protagonistas da experiência desde a concepção até a análise dos resultados; reconfiguração dos saberes, com a anulação ou diminuição das dualidades clássicas entre saberes científicos e popular; reordenação de tempo e de território da construção dos saberes, extrapolando os limites clássicos da aula acadêmica; reorganização da relação teoria/prática, rompendo com a clássica proposição de que a teoria precede a prática; perspectiva orgânica. Apresentou que os avanços serão possíveis quando não se separa a pessoa em si do profissional.

Os participantes questionaram a ministrante, as sínteses das respostas estão abaixo apresentadas:

- **Qual o papel do professor em frente as tendências midiáticas?** *O professor passa a ser uma “ponte” entre o conhecimento já adquirido pelo estudante, a sua atuação se torna mais complexa.*
- **Onde o processo de ruptura epistemológica tem influenciado?** *Mais usual a experiência que começa pela aula, é preciso haver atenção aos conflitos existentes, no entanto, a burocracia educacional é bastante rígida, pondera que o projeto individual do profissional em formação deve ter concordância com o projeto político.*
- **Que movimentos na educação superior apontam para a educação emancipatória?** *Considera a importância de realizar primeiramente a prática e posteriormente buscar a teoria.*

- **Em relação as metodologias ativas utilizadas em alunos desde pequenos, como trabalhar com essas pessoas na universidade? Há cada vez menos alunos com perfil tradicional, e mais com perfis tecnológicos.**

MESA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM FOCO

Moderadora: Ana Maria Resende

Contexto atual da formação da saúde

Responsável: Luísa da Matta Machado Fernandes,
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SGTES/MS

Apresentados os desafios do SUS, como: reduzir desigualdades geográficas, grupos sociais e qualificar a formação dos profissionais da saúde. Também informou que existe uma rede de escolas técnicas no SUS, e que em 2013 houve um aumento do número de profissionais beneficiados por cursos de capacitação.

Alguns destaques são que o Ministério da Saúde (MS) promove o debate da formação dos profissionais da saúde, com vista as necessidades do SUS e busca-se uma maior aproximação dos cursos de graduação em Nutrição com o debate realizado perante o Ministério. O CFN participou da consulta pública sobre a articulação do currículo do curso de nutrição com o SUS.

Sobre o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde - COAPES, pretende fortalecer a integração entre ensino, serviços e comunidade ao colocar todos os atores para discutirem juntos a respeito do trabalho conjunto. As ofertas na educação permanente são feitas por meio de módulos educacionais à distância, o tele saúde, as comunidades de prática (o qual funciona através do site), portal de saúde baseado em evidências, sendo o acesso possível mediante cadastro. Complementa que algumas ferramentas estão sendo criadas para ofertar materiais teóricos, onde várias pessoas poderão compartilhar informações.

Ao final de sua apresentação, a ministrante foi questionada sobre a abertura de cursos em determinada região; essa esclareceu que a criação de cursos de graduação em Nutrição não é avaliada pelos Conselhos de Saúde, cabendo a autorização da abertura ao MEC.

Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Nutrição.

Responsável: Maísa Beltrame Pedroso,
Associação Brasileira de Educação em Nutrição/ABENUT

Apresentado que a formação do nutricionista sempre foi interligada com a política de Estado, primeiramente o curso de nutrição possuía uma duração de 1 ano, em 1964 a portaria do MEC determinou a duração de 3 anos, a partir da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade da formação foi direcionada ao SUS. Acrescentou críticas sobre o modelo curricular, como excesso de teorias e poucas práticas, em 1996 aconteceu a extinção do currículo mínimo.

Quanto às diretrizes curriculares nacionais, o currículo seria mais flexível, com a formação como um processo contínuo, autônomo e permanente bem como preparar um profissional adaptável; a proposta foi publicada em 2005, as diretrizes apontaram para uma nova formação. Explicou que currículo significa caminho, e que existem políticas públicas que representam as principais ações de reorientação da formação.

Para a inserção dos alunos de graduação, se faz necessária uma mediação a ser realizada pelos docentes e pelos servidores, além de ser necessário o enriquecimento cultural. Para a realização dos novos currículos é necessária uma mudança de concepção e não apenas modificar no que condiz às disciplinas. As redes de saúde básica incluem a humanização nos atendimentos; apresentou questionamentos em relação à construção da aprendizagem multidisciplinar e interdisciplinar.

A formação no ponto de vista do/da estudante

Responsável: Maíra Bárbara Costa Barreto,
Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição/ENEN

Apresentado que o estudante deve ter participação ativa na formação profissional. Realizada a leitura de um texto norteador para sua apresentação (em Anexo 2), cujo conteúdo aponta em melhor

entendimento no objetivo de formar nutricionistas de forma técnica e política e que as discussões das formações acadêmicas o processo educativo esteja vinculado a projetos de extensão que não influenciem o assistencialismo. Faz-se necessário que as pesquisas sejam direcionadas a projetos de extensão popular. Ponderou sobre a importância do contato entre o estudante em formação com a realidade do SUS. Ressaltou que o profissional de nutrição deve atuar contra o processo de alimentos com uso de agrotóxicos, defendeu a autonomia feminina na profissão, além de apontar a necessidade de um sistema avaliativo capaz de informar seu verdadeiro conhecimento.

Ao final da mesa, foram realizadas perguntas e intervenções, sendo algumas:

- **Quanto a relações de poder, participante concordou que a educação ainda esteja nos moldes tradicionais, especialmente quanto ao currículo mínimo, questionando que modelo favorece a estudantes protagonistas e a formação inovadora.**
- **Considerando o perfil de formação de saúde, o que justifica a atuação desses profissionais em restaurantes comercial?** *Em síntese, Maísa respondeu que a formação do profissional na área foi para atender a necessidade do trabalhador, entende que o profissional deve ser resgatado como profissional de saúde, deve-se atuar em rede e não em locais isolados, essas questões devem ser resgatadas, área de conhecimento e área de atuação.*
- **Quanto a disciplinas a serem agregadas na grade curricular a respeito de etnia, autismo.** *Em síntese, Maísa entende que não é uma questão de inserir na grade curricular e sim que haja uma mudança de conceito em toda a atuação, deve-se intensificar a educação generalista e não acrescentar tópicos disciplinares.*

ÉTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Responsável: Leonardo Agostini

Moderadora: Leida Reny Borges Bressane

Explicação sobre ética foi iniciada com questionamentos: “Quais as diretrizes e a formação buscadas?”, “O que faz um homem se corromper?”, “Quais os profissionais que se buscam formar?”, “A preparação é voltada para que e quem?”. Na distinção entre moral e ética foi apresentado que é necessário considerar tudo que está acontecendo na sociedade ao elaborar diretrizes e currículos, não se pode mais formar um ser humano somente para “cabeça”, faz-se necessário formar um estudante que entende de todo o resto do “corpo”, por isso a importância de inserir outras ciências no currículo, como as ciências sociais.

A universidade precisa formar para além da técnica, o estudante é um ser político, tem afetos e sensações. Não é possível exigir uma reflexão e autonomia do aluno se o professor não permite espaço para o aluno questionar. São apresentadas novas indagações “Qual é a concepção de ser humano que embasa os cursos de graduação em Nutrição?”, “Quais são as propostas éticas que ‘ingressam’ em nossas aulas?”, “ Para qual tipo de sociedade estamos formando nutricionistas?”, “Que tipos de experiências nossas IES proporcionam aos estudantes?”, “Que valores e princípios propomos aos estudantes?”, “O que temos falado de nós mesmos?”, “Que exemplo somos para os nossos estudantes?”, “Quais são as pressões, dilemas, problemas, aliciamentos que nossos estudantes enfrentam?”, “Formamos para quem?”, “Como queremos ser lembrados por nossos estudantes?” .

Finalizou a apresentação destacando que o conhecimento técnico é importante, mas ainda mais importante são as pessoas conseguirem se relacionar. Por último, uma participante questionou:

- **Como nós vamos trabalhar as questões éticas sem trazer a realidade que esta pautada na vida prática? Por que ainda é tão difícil discutir o que está sendo vivenciado na sociedade?** *Embora pareça que os jovens não gostem de política, percebe-se em sala que ocorre o contrário. É necessário que os educadores pensem os sujeitos em todas as suas dimensões.*

❖ 26 de setembro de 2015

RELATO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Moderadora: Leida Reny Borges Bressane

Os representantes de cada grupo de trabalho foram convidados para expor o material resultante da dinâmica do dia anterior. Em síntese, as falas dos grupos:

Grupo Azul: Foi um momento de compartilhamento de anseios e angústias. Entre alguns pontos do relato, estão: a necessidade de estimular os alunos para realizarem pesquisas e participarem de congressos, assim como a promoção de práticas para a inserção do discente na realidade profissional. Os docentes necessitam ser capacitados. A Lei de Regulamentação da Profissão também foi debatida na dinâmica.

Grupo Amarelo: Afirmaram que existe a dificuldade de implementar modelos novos, em detrimento de práticas antigas. Aponta que há profissionais que mantêm o conhecimento sem compartilhá-lo com outros profissionais e a necessidade de mudar esse aspecto. Atualmente, pouco se observa a participação crítica do aluno. Falta leitura, discussão e reflexão, necessitando sempre ter algo que motive os alunos. Os alunos do diurno e do noturno possuem diferentes realidades. Relataram que o aluno noturno não tem tempo de participar de determinadas atividades institucionais.

Grupo Vermelho: Esclareceram as principais considerações feitas. As propostas de inovações muitas vezes são estranhadas pelos que estão acostumados com modelos anteriores. A interdisciplinaridade revela situações positivas, embora haja resistência inicial por parte dos docentes e discentes. Há que se estimular práticas pedagógicas inovadoras. As práticas pedagógicas tradicionais são mais frequentes e necessitam ser rompidas. Estimular a participação docente e discente em fóruns sociais é importante para fomentar uma formação política, não apenas técnica. Propuseram a realização de uma reflexão mais ampla do mundo do trabalho do nutricionista.

Grupo Preto: Esclareceram os pontos importantes que não foram citados nos grupos anteriores. Afirmaram que uma participante questionou a forma de ensino tradicional. Colocada a dificuldade dos docentes em romper com paradigmas e em dialogar com outros profissionais. Há o cuidado de não se limitar a um modelo de ensino. O perfil generalista, humanista e crítico deve existir no professor para que esses formem alunos com essas características. As disciplinas estudadas devem ser feitas de forma integrativa. Apontaram a dificuldade da questão interdisciplinar. O aluno tem saído da instituição com o perfil do professor que o orienta, e não com um perfil generalista. Há a dificuldade de interdisciplinaridade entre os professores da instituição. Sobre humanização, afirma que é preciso pensar além do conceito biologista.

Finalizados os relatos foi aberta fala ao público. Assuntos como preocupação com o Ensino à Distância (EaD), licenciatura, formação e não formação para o SUS – outros campos de atuação profissional e Diretrizes Curriculares foram abordados.

ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

O presidente do CFN, Élido Bonomo, posicionou-se contrário à implementação de cursos de graduação em Nutrição em EaD, na forma como sugere o MEC, com porcentagem de conteúdo superior a 20%. Explanou acerca do CFN e suas funções quanto à proteção dos direitos dos nutricionistas e o que compete ao órgão. Destacado conforme o proposto, dentro das limitações do objeto, o evento foi plenamente contemplado.

Os participantes do evento também se mostraram contrários à implementação integral do EaD do curso de Nutrição, solicitaram que ocorra a realização de mais eventos como o II ENFP, e que possam abarcar mais profissionais da área de nutrição. Os responsáveis pelo evento informaram que já está prevista a realização de novo encontro para 2016, durante o Congresso Brasileiro de Nutrição – CONBRAN, que ocorrerá em Porto Alegre (RS) entre os dias 26 e 29 de outubro.

3.2.2.2 Grupos de trabalhos

O II ENFP solidificou-se como espaço de reflexão, fundamental para uma busca na melhoria da formação do nutricionista. Os participantes receberam, junto com o material, crachá de identificação com uma cor (azul, amarelo, preto ou vermelho), utilizado para a divisão dos participantes em 4 salas (no dia 25 de setembro de 2015, durante o período da tarde), nas quais foram trabalhados pontos da DCN. Na condução das discussões foi utilizada a dinâmica do Aquário, que proporcionou participação efetiva de todos os presentes, com trocas de experiências e viabilizando propostas para a reformulação e/ou construção de projetos pedagógicos diferenciados, mais próximos dos anseios da sociedade.

A Comissão de Avaliadores dos cursos de Nutrição do Sistema CFN/CRN (instituída pela Resolução CFN nº 519/2012) realizou a síntese das informações registradas nos grupos, estando o conteúdo apresentado no item “3.2.3”.

3.2.2.3 Oficinas de formação profissional

No dia 26 de setembro de 2015, das 8h30min às 12h30min, ocorreram 5 (cinco) oficinas de formação profissional, aos mesmo tempo. Em seguida, o resumo dos trabalhos realizados nas oficinas.

Oficina 1 “Construção de Projeto Pedagógico”

Ementa: Discussão sobre objetivos do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) baseada nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Nutrição e no instrumento de avaliação de Cursos do INEP-MEC; Construção coletiva de estrutura de Projeto Pedagógico.

Responsável: Lilian Lessa Andrade

A dinâmica da oficina teve como apoio ficha distribuída entre os participantes denominada “Orientações para Construção de Projeto Pedagógico”, onde foram registradas as sugestões e experiências pedagógicas. A ministrante relatou uma história que remete a ideia de que o profissional deve aplicar os conhecimentos e valores da profissão em sua própria vida, primeiramente, antes de passar para as outras pessoas. Foram realizadas perguntas, como:

- **O que você espera de você, enquanto um nutricionista formador de outros nutricionistas?** Em resumo, que o profissional não fique na zona de conforto, deve haver compromisso e responsabilidade; Importância de saber ouvir.
- **Para que o PPC?** A ministrante apresentou como documento norteador da implementação da política do curso, devendo ser compreensível e fornecer informações para Avaliação Externa. Alguns documentos norteadores:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Lei nº 8.234/1991, regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8234.htm
- Resolução CFN nº 380/2005, dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências - <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>
- Resolução CNE/CES nº 5/2001, institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição - <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>
- Resolução CFN nº 334/2004, alterada pela Resolução CFN nº 541/2014, dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências - <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2015/05/RESOL-CFN-334-CODIGO-ETICA-NUTRICIONISTA-RETIFICADA-3.pdf>
- Lei nº 11.788/2008, dispõe sobre o estágio de estudantes - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP - http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Seção da Saúde art. 196 a 200 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Lei nº 8.142/1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm

- Código Sanitário - http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/paf/levanta_vig_pais/material/4-2-1.htm
- Resolução CFN nº 418/2008, dispõe sobre a responsabilidade do nutricionista quanto às atividades desenvolvidas por estagiário de nutrição e dá outras providências - <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2008/res418.pdf>

No desenvolvimento, foram abordadas questões como: contextualização (abrangendo diagnóstico de saúde regional e local), relação PDI e PPC, perfil a ser formado, objetivos do curso (com ações de ensino, pesquisa e extensão), representação gráfica do perfil de formação (grandes áreas e eixos norteadores), organização curricular (componentes curriculares, cargas horárias – teóricas/práticas, trabalho de conclusão de curso, atividade complementar, disciplinas optativas, perfil dos coordenadores/docentes, acessibilidade, Educação à Distância – EaD, avaliação, práticas, orientação/supervisão de estágio, relação docente/discente – preceptor/supervisor/discente), além da importância em garantir a formação e sensibilizar os gestores, buscando parceria dos CRN para pressionar a gestão municipal. Devendo a instituição assumir o compromisso de fornecer o ambiente necessário para estágio independente da realidade do local.

Foram dados encaminhamentos, como:

1. Realização de fóruns permanentes para atualização constante das Diretrizes. As Diretrizes devem apontar para o cuidado da saúde das pessoas, para que reafirme a identidade dos profissionais de nutrição como profissionais da saúde com foco no ser humano e não apenas nos alimentos;
2. Revisão, juntamente com CFN/CRN, da norma de estágio, e que seja realizada uma consulta pública;
3. Os participantes sugeriram que o Conselho deveria desmoralizar as instituições que oferecem o ensino EaD.

Oficina 2 “Metodologias Ativas de Ensino-aprendizagem”

Ementa: Apresentação de fundamentos teóricos sobre o processo ensino-aprendizagem, modalidades sensoriais de aprendizagem, avaliação do aprendizado e metodologias ativas de ensino e aprendizagem, e desenvolvimento de atividade prática sobre o uso de jogo educacional no ensino universitário.

Responsável: Fernanda Klein Marcondes

A oficina teve como foco a troca de experiências e aprendizado. Foi exposto que o ensino está em constante mutação e um dos grandes desafios é o perfil atual do aluno, onde o acesso à informação está cada dia mais avançado e o processo de aprendizagem mudou, precisando assim de estímulos para o interesse, o aluno busca resultado imediato o que dificulta a aprendizagem, as formas de comunicação são diferentes com o uso de tecnologias. Outro fator é que o aluno se vê realizando multitarefa, tendo dificuldade de raciocínio e de concentração.

Dialogou sobre duração das aulas, contrato pedagógico com o aluno, desafio do educador de entender a necessidade de mudanças da prática de ensino em sala de aula. Destacado que o educador precisa repensar os conteúdos trabalhados, ajudar o aluno na inserção da metodologia e repensar o sistema de avaliação - avaliação do processo, de um todo e não apenas da forma tradicional. Importante para observar qual a capacidade que o educador quer que esse aluno desenvolva durante uma atividade.

Foram apresentadas algumas metodologias aplicadas no seu cotidiano, exemplificando, como a utilização de jogo instrucional ou educacional, do portfólio, aula dialogada, aula integrada (agrupar, integrar aula teórica com a aula prática e professores de outras disciplinas), dramatização, aprendizagem em pares, mapa conceitual. Destacou também a contextualização no processo de avaliação para melhor entendimento do discente, a avaliação deve ser equivalente ao objetivo.

A ministrante ainda inferiu a um estudo realizado em 2014, onde apresenta que ensino ativo aumenta o desempenho do aluno, diminui o índice de reprovação e melhora *scores*; sendo necessários dados científicos para convencimento e inserção desse modelo de educação.

Oficina 3 “Desafios do Trabalho Docente na Avaliação Processual”

Ementa: Contextualização da ação profissional do professor universitário; organização do trabalho docente: planejamento; metodologia e processo avaliativo.

Responsável: Maria Antônia Ramos de Azevedo

A oficina iniciou com dinâmica em que os participantes se apresentaram, evidenciando a importância das relações pessoais. A ministrante explicou sobre a dificuldade de realizar a avaliação nos processos de ensino e aprendizagem, e que não se pode falar em avaliação se não se souber o significado da arte de ensinar. Observado que a área da saúde está avançada em metodologias de ensino. Metodologias ativas são extremamente fundamentais. O profissional deve saber que tipo de homem que se quer formar, devendo constituir nos Projeto Político Pedagógico – PPP itens como: ensino, pesquisa, extensão e dissociabilidade em suas concepções.

Na oficina, foram consideradas as formas de avaliação, desvinculando a ideia padrão de que as “provas”, testes, são as únicas formas de avaliar os alunos. Foram apresentadas novas metodologias de ensino, tais como: exposições adequadas aos objetivos, seminários, trabalhos em grupos, visitas, mesas redondas, projetos, entre outros, usando recursos como vídeos, retroprojeter, *datashow*, *internet*, teleconferências e/ou recursos específicos da área do conhecimento, e não mais somente aulas expositivas, leitura de livros, artigos, repetição em sala de aula. Profissionais que só transmitem conhecimento, o professor é centro do processo, a ênfase é no processo de ensino e o aluno é um indivíduo passivo. Já o novo profissional que organiza situações de aprendizagem tem o aluno como o centro do processo, a ênfase está no processo de aprendizagem e professor e aluno são os sujeitos ativos da relação de aprendizagem. Foi citada a obra “Universidade para o Século XXI”, de Boaventura Sousa Santos, que contextualiza a crise da universidade no século XXI.

Em relação à avaliação, destacado que é necessário deixar claro aos discentes o real critério da avaliação para que possam se desenvolver melhor. Sendo a avaliação a relação entre produto e processo. No processo qualitativo de ensino e aprendizagem constituem a avaliação critérios e instrumentos, tendo-se os critérios factual ou conceitual, procedimental e atitudinal. Das formas de avaliação, foram discutidas provas, recursos e EaD.

Ressaltado acerca da oficina:

- A leitura e compreensão PPP, ressignificação do conteúdo partindo do geral para conteúdo específico;
- Organização e valorização dos conteúdos das diversas áreas, não somente conteúdos mais visados pelos profissionais dessa área;
- No PPP é necessário construir, corrigir e avaliar, dar novo significado ao papel do professor na proposta de ensino e aprendizagem. No exercício de ser docente, ela, a proposta de ensino e aprendizagem, está vinculada a um propósito de curso;
- O processo de formação de nutricionistas é fundamental; e
- A parceria do CFN e CRN faz-se mais do necessária para esse processo de formação de nutricionistas.

Oficina 4 “Relatos de experiências com renovação curricular”

Ementa: Práticas Integradoras por ciclo da vida como estratégia de integração teoria e prática e inserção oportuna do aluno nos serviços de atenção à saúde do município; Contexto, pressupostos e eixos norteadores do curso; processo de formação; NDE; Desafios e avanços; currículo integrado.

Responsáveis:

Anete Araújo de Sousa, Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC

Miriam Carmo Rodrigues Barbosa, Universidade Federal do Espírito Santos/UFES

Patrícia Costa Fonseca, Centro Universitário de Sete Lagoas/UNIFEMM

Patrícia Teixeira Limaverde, Universidade de Fortaleza/ UNIFOR

As coordenadoras/representante dos cursos realizaram relatos com a experiência de renovação curricular. Também foram apresentados desafios, como:

- Desconforto dos professores das demais áreas a atuar na atenção básica;
- A dificuldade de horários comuns para participação em reuniões;

- Impossibilidade de registrar as reuniões no plano de trabalho;
- Pouco espaço para planejamento coletivo, comprometendo a articulação conteúdos nas diversas fases do curso;
- Desvalorização das atividades de ensino e na formação discente não focada no aprender e apreender;
- Inadequação da estrutura física para o desenvolvimento de metodologias ativas;
- Estrutura departamental que limita a atuação integrada entre as disciplinas;
- Impossibilidade de flexibilização de horários de aulas para desenvolver práticas e a integração discente entre as fases (exemplo: o estudante está em campo prático e na grade horaria tem aula também);
- Percepção de que os eixos transversais do curso caracterizam repetição de conteúdo;
- Curso integral reduzindo as possibilidades de desenvolver atividades de pesquisa, extensão e monitoria ou trabalhar;
- Pouca autonomia do conhecimento;
- Participação efetiva do centro acadêmico de nutrição nas reuniões;
- Baixa oferta de disciplinas optativas relacionadas ao curso;
- Desconhecimento de técnicas de avaliação da integração e entrosamento de componentes do grupo;
- Número reduzido de avaliações individuais nas disciplinas articuladas;
- Dificuldade do professor acompanhar a evolução do estudante;
- Ausência de atuação integrada entre estudantes de nutrição e dos demais cursos da área de saúde;
- Garantir a inserção dos alunos nos espaços de assistência (HUCAM, Clínica Escola, atenção básica), com o objetivo de melhoria do ensino;
- Prática apenas ao final do curso, o objetivo é que a pratica seja transversal ao longo do curso;
- Adaptação do docente ao método ativo;
- Motivação do aluno para o contexto político-social;
- Avaliação individual do aluno;
- Ampliação do planejamento com os parceiros.

Oficina 5 “Guia Alimentar para a População Brasileira, 2ª edição”

Ementa: Discussão sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira e como as universidades podem implementar o conteúdo do Guia em seus espaços de atuação - avaliação inicial, apresentação formal da 2ª edição e elaboração de plano de ação em pesquisa, ensino e extensão.

Responsáveis: Mônica Rocha Gonçalves e Lorena Toledo de Araújo Melo – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/ CGAN

Participaram representantes do corpo docente e discente, CFN, ASBRAN, CRN e coordenadores de instituições. Dentro da dinâmica da oficina, foram abordadas questões sobre o guia.

Para que serve o guia alimentar? Em resumo, o guia fala do direito de uma boa alimentação, das formas de produção e das questões sociológicas.

Possui experiência de trabalho com guias alimentares? Foram apresentadas experiências no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET; com oficinas em comunidade carente; na revisão de receituários com base no guia; no desenvolvimento por alunos de outros guias; em sala de aula os alunos e seus país são o alvo; com o curso “Alimente”; na divulgação para outros profissionais; e com palestras.

Também foi apresentado que há um site de campanha de promoção da saúde (<http://promocaodasaude.saude.gov.br/>) que possui oito eixos de alimentação saudável. No *facebook* do MS também tem sido divulgada experiência. Além da Rede Nutri que tem feito enquete com quem já trabalhou com o Guia (<http://ecos-redenutri.bvs.br/>).

Em seu local de atuação, quais atividades de trabalho poderiam ser propostas com o novo guia? Participantes afirmaram que se deve trabalhar a questão da sustentabilidade; trabalho conjunto entre as

diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; com agricultores; atuação dos nutricionistas; palestras e educação permanente de profissionais; hortas em escolas; e em sala de espera no hospital.

Também foi realizada apresentação sobre o Guia, que foi destacado:

- Documento oficial que traz as diretrizes nacionais sobre a alimentação saudável para a população.
- Inovação em não mais trabalhar com representações gráficas, pirâmide, nem dietas milagrosas. A pirâmide é muito limitada para abordar os eixos: alimentos, atitudes/comportamentos e ambiente.
- Divisão em cinco capítulos.
- Dentre os princípios do guia, estão: a alimentação é mais que ingestão de nutrientes; as recomendações sobre alimentação, dentre outros. Devendo os modos de comer, a dimensão cultural e social interagir. A relação com o pertencimento social da pessoa deve ser considerada.
- Outra inovação do Guia é a abordagem de outras áreas do conhecimento. Sendo que os Guias Alimentares ampliam a autonomia das escolhas alimentares. Os nutricionistas devem contribuir para bons hábitos alimentares, mas não podem impor isso sobre os pacientes.
- O Guia explica a nova classificação dos alimentos de acordo com nível de processamento: alimento *in natura*, minimamente processados, óleos, gorduras, sal e açúcar, alimentos processados e ultra processados. O objetivo é alertar à população o grau de processamento dos alimentos.
- Uma novidade do Guia é o capítulo da comensalidade. Comida é identidade, memória e afeto. O acesso à feira e aos sacolões torna os alimentos *in natura* mais baratos.

Em relação à divulgação e obtenção do documento foi informado que o guia foi enviado para todas as referências técnicas de alimentação e nutrição dos estados, assim como instituições de graduação e unidades de saúde. As demandas do MS têm sido respondidas. Foram quase 50 mil unidades que receberam os Guias, sendo que o processo de distribuição continua. Vão ter que trabalhar com divulgação em mídia e estimular que os parceiros façam a reprodução. A arte poderá ser disponibilizada, sendo que no site do Departamento de Atenção Básica, o material já está disponível - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

Por fim, foi apresentado vídeo sobre os 10 hábitos para a alimentação saudável.

3.2.3 Síntese dos relatos dos Grupos de trabalhos

A Comissão de Avaliadores dos cursos de Nutrição do Sistema CFN/CRN sintetizou os relatos. O método utilizado para síntese dos grupos de trabalho foi fundamentado na análise qualitativa dos conteúdos apresentados em planilhas por grupo, disponibilizados pela Comissão de Formação Profissional (CFP/CFN).

A **primeira questão** apresentada para reflexão conjunta foi “*Como as práticas pedagógicas são realizadas no seu curso para desenvolver tais competências? O que podemos avançar considerando as respostas dadas nas oficinas dos CRN e as conferências da manhã da presente data?*”. Essa última pergunta foi orientadora em todas as demais questões.

Das respostas emanadas dos quatro grupos, depreendem-se temas relevantes que precisam ser trabalhados por todos os atores envolvidos no processo de formação.

A necessária **inovação das práticas pedagógicas** emergiu como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento das competências desejadas ao Nutricionista. Entretanto, foram apresentadas limitações como, a **formação dos profissionais para a docência** e a **responsabilidade institucional** nesse processo. Foram apresentadas experiências pontuais de iniciativas inovadoras em algumas Instituições, revelando em muitas situações o desprestígio junto aos seus pares daqueles que ousaram inovar. Nessa condição, também, se observa a incompreensão dos discentes quanto às práticas de ensino/aprendizagem que extrapolam o modelo tradicional. Deste modo, os participantes apontaram como imprescindível o investimento na formação pedagógica do docente, bem como a incorporação dessas inovações no “Projeto Pedagógico Institucional” (PPI).

Outro aspecto apontado foi à **adoção de práticas que permitam ao discente vivenciar de forma precoce** problemas que consolidem o seu aprendizado. Nesse item, foi chamada atenção para a importância da **integração ensino-pesquisa-extensão**. Destacou-se a relevância da extensão como “lócus” de prática precoce e de aproximação com a comunidade.

A **integração dos componentes curriculares inter e intra Curso** teve destaque como um dos itens a ser trabalhado, na maioria das IES, envolvidas com a formação do Nutricionista.

A melhor compreensão do “**Perfil do Nutricionista**” também foi referida por discentes presentes à discussão, como tema que necessita de maiores reflexões para a **consolidação das competências** almejadas.

Em relação ao perfil profissional, que foi trabalhado na **segunda questão**: “*Como o percurso de formação do seu curso encontra correspondência na construção de competências gerais nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Nutrição - DCN – (tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente) inerentes a um perfil do egresso generalista, humanista e crítico?*”, as discussões dos grupos se concentraram em compartilhar suas vivências e angústias, sobrepondo-se aos relatos de experiências. No entanto, foram relatadas ações que são praticadas pelas IES, objetivando atingir o perfil conforme as DCN.

As **Práticas Interdisciplinares como eixo integrador** têm apresentado resultados significativos, apesar de ainda sofrer resistência por alguns discentes. Entretanto, as mudanças positivas relatadas foram construídas ao longo do processo.

Outro aspecto refletido foram as **estratégias de ensino-aprendizagem**, que quando rompem os modelos tradicionais e oportunizam vivências aos discentes, fortalecem a internalização dos conteúdos trabalhados nos diferentes componentes curriculares.

Destacou-se, também, a importância de **desenvolver a criticidade por meio de espaços de discussão** sobre temas diversos, trazidos pelos discentes que fomentem debates.

Para se atingir o perfil profissional foi destacada a necessidade de incentivar o discente a participar de movimentos estudantis, de centros acadêmicos, projetos de extensão, colegiados e setores correlatos, que possibilitem o **desenvolvimento de competências políticas**.

Ainda frente a essa questão, os grupos apresentaram propostas para a formação do nutricionista conforme pontuadas a seguir: **formação política desde sua graduação; participação discente e docente nas entidades de classe; formação humanística contextualizada em todos componentes curriculares; educação continuada para os docentes; matriz integrada compartilhando componentes curriculares a partir das fases iniciais e com os diferentes cursos da área da saúde; divulgação pelos docentes das diferentes competências almejadas**, devendo essas serem explicitadas aos discentes.

Considerando a **terceira questão**: “*Como a inovação, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade têm sido trabalhadas na formação profissional nos cursos?*”, destacou-se a importância do reconhecimento dos **diferentes saberes para compreensão do conceito ampliado de saúde**. Para tanto, há necessidade de implementação de ações que envolvam os discentes, docentes, coordenação e demais articuladores da IES, a partir de: **programas interdisciplinares e apresentação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que visibilize a articulação dos diferentes componentes curriculares**.

Sobre os programas interdisciplinares foi destacada a necessidade de **articulação entre PPI e PPC**, considerando que essa ação envolve diferentes cursos e, portanto, precisa ser uma Política Institucional.

As **políticas públicas foram consideradas como incentivadoras** de ações para atingir a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, sendo exemplificados os Programas de Residência Multiprofissional, Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-saúde) e o Programa Pró-Saúde, bem como a **reorientação da formação que integre ensino-pesquisa-extensão e ensino-serviço-comunidade** (clínica/ ambulatório).

Ainda mencionaram que **modelos de organização curricular baseados em núcleos** favorecem o conhecimento não fragmentado. A **oferta de componentes curriculares comuns a diferentes cursos** propicia a interprofissionalidade, porém o modo como o docente trabalha será determinante para o sucesso da proposta. Foi sugerida a adoção de **metodologias ativas** como ferramenta que promove a interdisciplinaridade, desde que seja operacionalizada adequadamente.

Outro aspecto valorizado pelos grupos foi a vivência em locais de práticas disciplinares que contemplem diferentes profissionais, propiciando o desenvolvimento de competências para o trabalho interdisciplinar e interprofissional, assegurando a **conexão de saberes, ciência e fé**.

A valorização do **acompanhamento da trajetória acadêmica do discente** foi considerado um aspecto importante para a flexibilização.

Na análise das respostas referentes à **quarta questão**: *“O que você avalia como necessário para implementar transformações que possam privilegiar uma formação humanista, crítica e reflexiva para o conceito atual de saúde?”*, buscando melhor compreensão, o apontamento será descrito de acordo com os diferentes temas: discentes, docentes e IES.

Quanto aos aspectos relacionados aos discentes, foram considerados relevantes: **o desenvolvimento de competências políticas e para atuar no SUS**, considerando significativa a efetiva **participação dos discentes na construção do PPC**.

Relacionado aos docentes, foi apontada a **necessária adequação da prática docente** com o **perfil do “novo” estudante**, em prol da formação de qualidade.

No que diz respeito a IES, salientou-se a importância de uma maior discussão acerca da **relação das Instituições de Ensino com os Serviços**, para definir competências e responsabilidades na formação do Nutricionista. Outro aspecto apontado, direcionou-se para o necessário apoio institucional à **inovação de práticas pedagógicas e formação docente** para atuação no ensino superior, bem como a educação continuada. Para a formação humanista, crítica e reflexiva os grupos relataram a necessária **valorização de diferentes cenários de prática** (intra e extra-IES) no PPC.

Como considerações finais, o II ENFP apontou para a necessidade de uma **formação pedagógica e continuada dos docentes**, como alicerce para mudanças tão desejadas. Os participantes destacaram que a **implementação de práticas pedagógicas inovadoras** que desenvolvam a criticidade e interdisciplinaridade, bem como a necessária integração **do ensino-pesquisa e extensão** que constituirão a base para a transformação na formação. Para tanto, há necessidade tanto da adequação do PPC ao contexto social, quanto a apropriação institucional.

A **formação política** se faz necessária entre docentes e discentes possibilitando uma efetiva participação frente aos órgãos de classe e representações sociais. Torna-se imprescindível que haja valorização na **formação humanística, contemplando o anseio da sociedade**.

A **interdisciplinaridade e interprofissionalidade** estiveram contempladas nos grupos e geraram sequência e discussões iniciadas nos Regionais, entretanto o entendimento quanto à sua aplicabilidade necessita ser aprofundado.

O tema **flexibilidade** não foi recorrente nos grupos, carecendo de maior reflexão, pois se trata de um dos princípios definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

3.3 AVALIAÇÃO

Buscando aprimorar a realização do evento, todos os participantes receberam em suas pastas uma “ficha avaliativa”, com questões objetivas e duas abertas. Foram recolhidas 65 preenchidas, representando aproximadamente 42% dos participantes.

3.3.1 Questões objetivas

Dos questionamentos objetivos a resposta poderia variar entre “ótimo / bom / regular / ruim”. Em relação a programação, foram 63 respostas, sendo 32 como ótimo e 31 como bom (Figura 4).

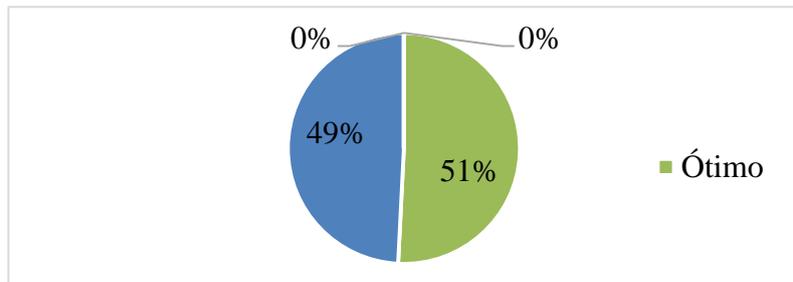


Figura 4. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação à programação do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Sobre a organização, foram 64 respostas, sendo 23 como ótimo, 30 como bom e 11 como regular (Figura 5).

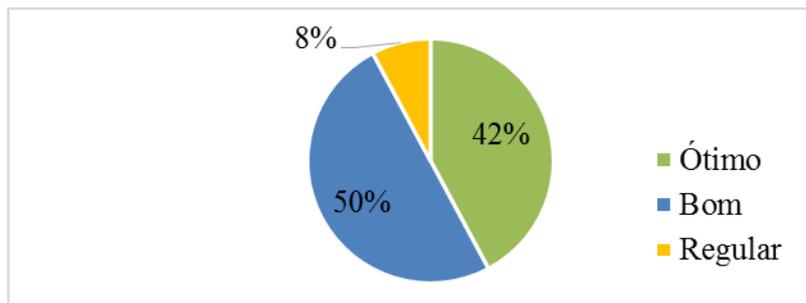


Figura 5. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação à organização do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Em relação aos temas abordados, foram 55 respostas, sendo 30 como ótimo e 25 como bom (Figura 6).

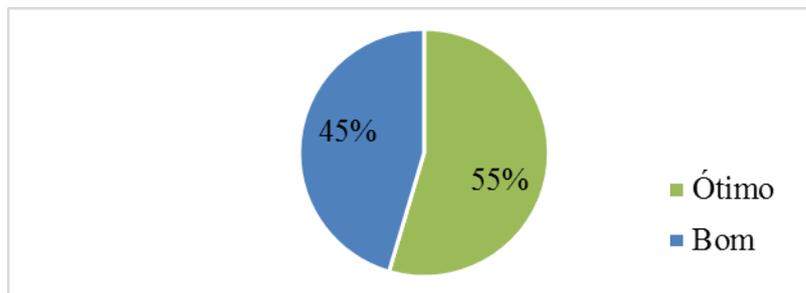


Figura 6. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação aos temas abordados do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Sobre o conhecimento dos ministrantes em relação aos temas das atividades, foram 63 respostas, sendo 36 como ótimo, 26 como bom e 1 como regular (Figura 7).

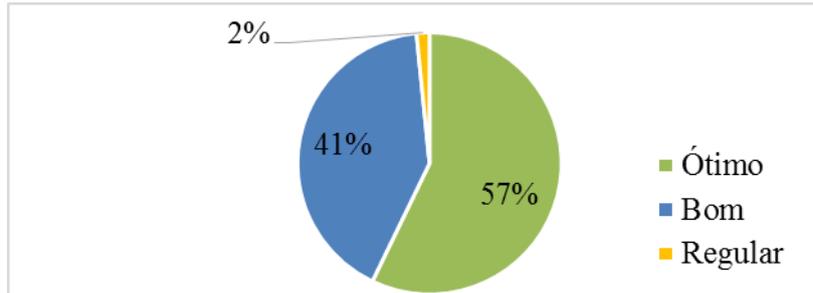


Figura 7. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação ao conhecimento dos ministrantes em relação aos temas das atividades do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Em relação à adequação das instalações para a realização do proposto, foram 64 respostas, sendo 23 como ótimo, 30 como bom e 11 como regular (Figura 8).

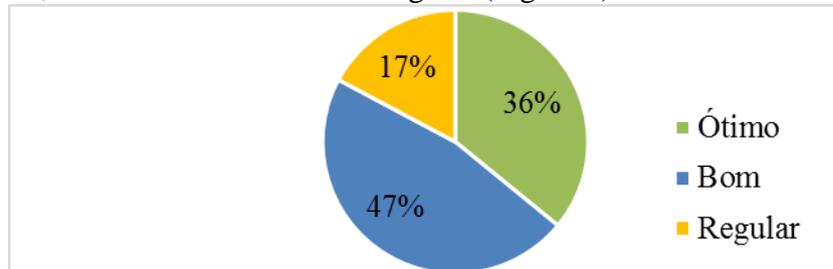


Figura 8. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação à adequação das instalações à realização do proposto do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Sobre a percepção do evento diante das expectativas, foram 63 respostas, sendo 24 como ótimo, 36 como bom e 03 como regular (Figura 9).

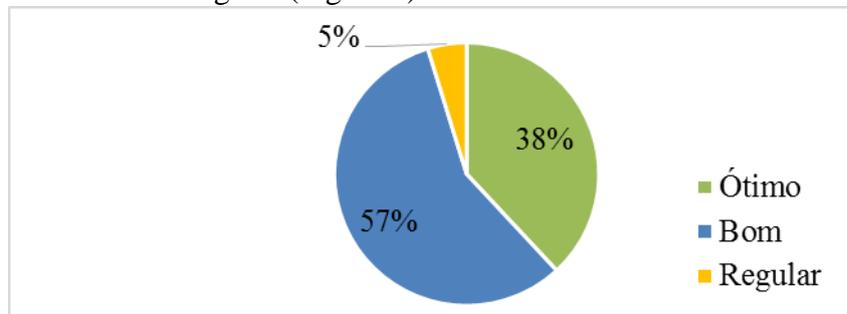


Figura 9. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação à percepção do evento diante das expectativas do II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

Em relação à metrologia adotada, foram 61 respostas, sendo 29 como ótimo, 31 como bom e 01 como regular (Figura 10).

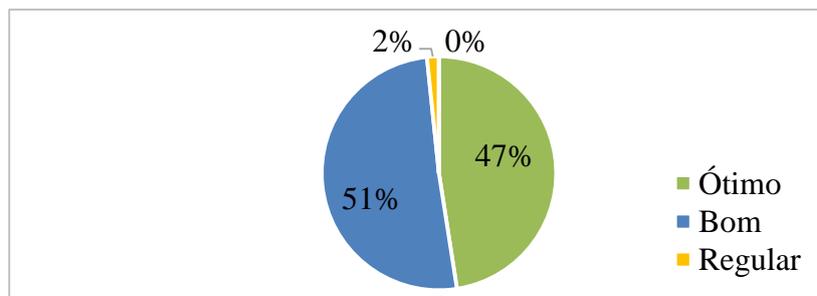


Figura 10. Avaliação referente ao preenchimento da ficha avaliativa em relação à metodologia adotada no II ENFP, em percentual, Brasília/DF, 2015.

No I ENFP - que contou com 172 participantes, 103 procedentes de IES - foram recolhidas 91 avaliações. Comparação entre as avaliações do I ENFP e do II ENFP apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Apresentação dos itens avaliados, resultados em %, em relação aos I ENFP/2013¹ e II ENFP/2015², Brasília/DF, 2015.

Itens avaliados	2013	2015	2013	2015	2013	2015
	Ótimo		Bom		Regular	
Programação do evento	43 %	51 %	54 %	49 %	3 %	-
Organização do evento	44 %	42 %	49 %	50 %	7 %	8 %
Temas abordados	51 %	55 %	47 %	45 %	2 %	-
Conhecimento dos ministrantes em relação aos temas das atividades	51 %	57 %	45 %	41 %	4 %	2 %
Adequação das instalações à realização do evento	55 %	36 %	40 %	47 %	5 %	17 %
Evento em relação às expectativas dos participantes	35 %	38 %	59 %	57 %	6 %	5 %

¹ 172 participantes, 103 representando IES (60%), 91 avaliações recolhidas (53%).

² 155 participantes, 87 representando IES (56%), 65 avaliações recolhidas (42%).

Observação: o item “metodologia adotada” não foi questionado em 2013.

Em nenhum item foi avaliado como “ruim” em ambos os eventos. A programação do evento foi considerada melhor (“Ótimo”) em 2015, assim como os temas abordados, conhecimento dos ministrantes e no atendimento das expectativas dos participantes.

3.3.2 Questões abertas

As questões abertas oportunizaram exposição de considerações sobre o evento e sugestões para momentos futuros. As respostas foram classificadas em “considerações”, “elogios” e “sugestões”.

3.3.2.1 Considerações

Das 65 fichas avaliativas, 48 apresentaram considerações (74 %). As citações foram divididas em temas conforme apresentado na Tabela 5. Em uma mesma ficha ocorreram, às vezes, a menção de mais de um item.

Tabela 5. Considerações em relação ao II ENFP, por itens, com demonstrativo do número de fichas que as apresentaram, Brasília/DF, 2015.

Itens	Número de fichas	Observações
Pontualidade	16	Trabalhar melhor os atrasos; Importante o cumprimento dos horários para não impactar as atividades; Os atrasos atrapalharam a qualidade do evento.
Oficinas	13	Necessidade de condução adequada para não desviar dos objetivos, com possibilidade de todos produzirem e interagirem; Os produtos das oficinas também poderiam ter sido socializadas com todos (síntese com sugestões e recomendações); Poderiam ocorrer em momentos distintos para poderem participar de várias; Sendo que 4 e 5 poderiam fazer parte da programação do evento; Os conteúdos das oficinas poderiam ter sido discutidas com os CRN.
Metodologia do evento	12	Apresentação dos grupos poderia ter sido mais ativa, apontada como pouco tempo e também antagonicamente que poderia ter ocorrido em menor tempo ou mesmo não ocorrido, pois os assuntos já haviam sido discutidos nos CRN; A ocorrência de trabalhos no mesmo dia com palestras foi cansativo, devendo as palestras serem antes de momento de trabalho; Poderia proporcionar maior tempo para debate coletivo ao final da mesa de abertura; No evento poderiam ter mediadores mais impositivos para manter o foco dos trabalhos; Mais espaço para confraternização; Poderiam ser separadas os participantes de IES públicas e privadas, devido demandas diferenciadas.
Instalações	11	Facilitar o acesso às refeições no local do evento; Necessidade de melhor conforto térmico e instalações sanitárias femininas; Cadeiras poderiam ser mais confortáveis, com apoio para escrita.

Itens	Número de fichas	Observações
Duração do evento	6	Poderia ser realizado em dias úteis; Com alteração do período do ano para melhor conforto climático (calor e baixa umidade); Pouco tempo; Necessidade de mais dias.
Materiais	6	Importante ter apoio para escrita (pranchetas); Os crachás poderiam constar além do nome do participante a instituição e o local de origem; Disponibilização dos contatos dos participantes; Assim como as apresentações e os resultados das oficinas e palestras.
Palestrantes	6	Representantes do MS e do MEC não demonstraram sensibilidade em adaptar suas respectivas falas à temática do evento; Palestrantes da mesa Formação Profissional não aproveitaram o tempo para falar tópicos relevantes; Algumas palestras repetiram o que já se sabe; Poderiam apresentar os coordenadores da CFP de todos os CRN com os do CFN; A Palestra Magna poderia ser dada por um nutricionista.
Encaminhamentos	5	Necessidade do resgate do impacto/avanços dos Encontros; E conseguir encaminhamentos junto ao CNS/MEC; Refletir sobre os relatos do evento e criar identidade com o grupo de participantes para atividades em rede, tendo a formação como linha de trabalho do CFN.
DCN	4	Necessidade de se discutir realmente as diretrizes; Expectativa pela discussão de uma nova proposta das DCN; Revisão com ênfase às habilidades e competências; Aprofundamento com análise crítica que favoreça aplicação prática.
Oficina 1	4	Necessidade de outra dinâmica/metodologia; Foram desviados os objetivos da oficina; Tempo curto, necessidade de mais espaço para aprofundamento no tema.
Participantes	4	Inclusão de gestores de IES, com coordenadores de cursos, gestores de instituições de práticas de ensino; Incentivo para representantes de IES particulares participarem através de ofício aos reitores; A participação de representantes estudantis às vezes atrapalhou a condução dos trabalhos (traziam problemas distintos do foco do evento); Participação estudantil maior.
Oficina 5	3	Poderia ser substituída por outro tema de formação, como capacitação e motivação, sendo que o tema destoou do conjunto.
Oficina 4	2	Os relatos poderiam ser parte da programação, muito importante; Foi limitado o espaço para discussão.

3.3.2.2 Elogios

Das 65 fichas avaliativas, 25 apresentaram elogios (38 %). Estes foram referentes a algumas palestras e alguns temas abordados nas oficinas, com destaque aos ministrantes Maria Antônia Ramos de Azevedo (Oficina 3), Maria Isabel da Cunha (Conferência Magna), Leonardo Agostini (Ética na formação profissional) e Fernanda Klein Marcondes (Oficina 2).

Foram enfatizados a iniciativa do CFN em promover o evento, o local, a equipe de apoio, a existência de público variado (interação entre docentes, coordenadores de curso e discentes), a troca de experiências, assim como a programação e a organização do momento. Ainda, o *coffee break* foi apontado como muito bom.

3.3.2.3 Sugestões

Das 65 fichas avaliativas, 47 apresentaram sugestões (72 %). Foram identificadas 106 propostas, sendo agrupadas em temas (Tabela 6). Os mais sugeridos foram assuntos relacionados a: formação (tanto discente como docente), EaD e estágio. Presente a demanda por temas de capacitação em docência. Ainda, as DCN aparecem como tema para entendimento, aprofundamento e revisão – podendo indicar que o II ENFP não foi suficiente para o esgotamento do tema.

Tabela 6. Sugestões para momentos futuros, a partir do II ENFP, por temas, com demonstrativo do número de fichas que apresentaram as informações, Brasília/DF, 2015.

Temas	Número de fichas	Subtemas
Formação	15	Atividades complementares como espaço de aprendizagem; Educação permanente; Ensino, pesquisa e extensão – relacionamento professor e aluno; Especializações; Formação continuada; Formação docente, política; Restrições em pós-graduações; Qualidade da formação – cursos à distância, elevado número de vagas, baixo número de professores e práticas; Responsabilidade da formação.
EaD	13	Informações sobre autorização pelo MEC; Realidade, desafios e legalidade.
Estágio	12	Colação de grau sem a integralização dos estágios; Campos de estágio; Papeis dos atores e questões legais; Supervisão; Sistematização; Distribuição entre as 7 áreas.
DCN	11	Desdobramento na matriz curricular; Maiores discussões; SAN nas DCN; Perspectiva crítica e orientada em torno da prática; Realidade e proposta; Reformulação e revisão
PPC	7	Abordagem por eixos; Aprofundamento do tema/eixos temáticos; Modernização conforme mercado; Construção; Estruturação detalhada.
Metodologias	6	Ativas, também na avaliação; Metodologias e ensino; Oficinas de professores que estão realizando; Processo avaliativo.
Normativas	5	Avaliação dos cursos – INEP, crítica e proposição; Instrumento normativo INEP-MEC; Marcos teóricos – carga horária, matriz curricular, extensão, pesquisa, projetos pedagógicos, tempo de integralização.
Práticas	5	Das disciplinas (áreas de atuação); Pedagógicas.
Mercado	4	Empreendedorismo em saúde e nutrição; Participação/contratação de nutricionistas nas escolas e no Programa de Alimentação Escolar – PNAE; Reserva de mercado; Campo de atuação em evidência.
Perfil	4	Habilidades e competências; Aluno/egresso; Discente (perfil social, econômico, cultural, comportamental dos estudantes de nutrição no Brasil); Nutricionista.
CRN junto às IES	3	Seu papel na formação e novos espaços; Resultados dos RVT; Resoluções menos respeitados.
Experiências	3	Experiências exitosas; Práticas em Instituições; Utilização de metodologias ativas.
Gestão	3	Educacional para coordenadores; Profissional na formação do nutricionista; Políticas pedagógicas.
Matriz curricular	3	Disciplinas e ementários; Montagem, principalmente para novos cursos; Operacionalização.
Tecnologia	3	Discente e tecnologia midiática; Recursos da informática no ensino e na formação profissional.
Área da nutrição	2	Interação entre as áreas.
Capacitação	2	Pedagógica para coordenadores; Docente.
Mobilização política	2	Fortalecimento político da categoria.
Questões éticas	2	Código de Ética; Conflito de interesses na formação do profissional.
Habilitação	1	Prova para egresso e avaliação continuada.

4 O QUE ESPERAMOS

O II ENFP fortaleceu o compromisso do CFN em acompanhar a formação e a prática do nutricionista, assim como estreitou as relações junto às IES e às Entidades das categorias (estudantil e profissionais).

O evento possibilitou-nos colher importantes subsídios para a construção de uma formação de qualidade e de aprimoramento da prática profissional. O compartilhamento de experiências e angústias dos diferentes atores denotam o desejo e a necessidade de mudanças, ainda que existam fragilidades na apropriação dos princípios legais relacionados à formação do Nutricionista.

Os envolvidos no processo de formação levantaram temas relevantes que precisam ser trabalhados, tais como, a inovação das práticas pedagógicas fundamentais para o desenvolvimento das competências desejadas ao nutricionista. No entanto, parece que esses temas ainda são limitações que necessitam serem melhor trabalhados junto as Instituições e os docentes.

A adoção de práticas interdisciplinares com eixo integrador, como a extensão, que permitam ao discente vivenciar de forma precoce as especificidades de sua região que possam contribuir de maneira importante para o fortalecimento do conhecimento.

Os modelos de organização curricular baseados em núcleos e a utilização de ferramentas como as metodologias ativas poderão determinar o sucesso das propostas de mudanças necessárias à implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

Esperamos que as discussões deste encontro contribuam para os avanços efetivos como mudanças curriculares dos cursos de nutrição, com conteúdos interdisciplinares e projetos inovadores e participativos.

O CFN/Comissão de Formação Profissional manterá o diálogo aberto e permanente com as IES e o MEC. Ainda, continuará a alinhar o perfil do egresso às exigências das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com a Lei 8080/90 e o conceito ampliado de saúde, exigindo uma assistência nutricional de qualidade e ética à população.

Desejamos que nos próximos encontros possamos observar os bons resultados na formação acadêmica e no exercício profissional.

Agradecemos a todos que possam contribuir com essa empreitada.

ANEXOS**ANEXO 1****PRINCIPAIS ITENS DO INSTRUMENTO****IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

IES:
Localização:
Endereço eletrônico (todos os contatos):
Nome do coordenador/E-mail:
Tempo na coordenação (anos):
Carga horária total do curso:
Nº e área de estágios obrigatórios:
Carga horária total dos estágios:
Nº e conteúdo de componentes curriculares a distância:
Carga horária total a distância:
Nº de vagas ofertadas/ano:
Nº de vagas ofertadas/semestre:
Nº de alunos ingressantes em 2015:
Nº de egressos em 2014:
Nº de docentes do curso:
Nº de professores nutricionistas:
Nº de docentes nutricionistas pertencentes ao núcleo docente estruturante (NDE):
Ano da última revisão curricular:

INFORMAÇÕES DO CURSO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no cenário da Educação Superior estimula o conhecimento dos problemas globais, nacionais e regionais. Tais prerrogativas são reafirmadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Nutrição (DCN), acolhendo a importância do atendimento às demandas sociais, com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde individual e coletiva. Para melhor subsidiar a pauta do nosso II Encontro Nacional de Formação Profissional, solicitamos que sejam respondidas, a partir de seus enunciados, as questões a seguir que devem ser observadas na organização curricular.

I) A formação pedagógica dos docentes é fundamental para o avanço no sentido de práxis que possa integrar a linha do cuidado e a humanização para construção de uma formação humanista, crítica e reflexiva:

- **Como as práticas pedagógicas são realizadas pelos docentes para desenvolver tais competências?**

II) Em relação ao perfil profissional, considerando que as DCN propõem “nutricionista, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural”:

- **Como o percurso de formação do seu curso encontra correspondência na construção de competências gerais (DCN - tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente) inerentes a um perfil do egresso generalista, humanista e crítico?**

III) No atual contexto educacional, cada curso tem a possibilidade de construir um diferencial curricular a partir da sua realidade:

- **Como a inovação, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade têm sido trabalhadas na formação profissional no seu curso?**

IV) O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ressalta na dimensão didático-pedagógica, inserida na organização institucional, a relevância da coordenação de curso:

- **Como você percebe sua atuação na gestão do seu projeto pedagógico, refletindo especialmente sobre a autonomia, disponibilidade docente, infraestrutura da IES e/ou outra questão importante para sua realidade?**

V) A carga horária deve ser suficiente para desenvolver as competências inerentes ao perfil do egresso definido nas DCN:

- **Como você considera a relação da carga horária do seu curso com o perfil esperado do egresso?**
- **O que você avalia como necessário para implementar transformações que possam privilegiar uma formação humanista, crítica e reflexiva para o conceito atual de saúde?**

ANEXO 2

TEXTO APRESENTADO PELA DISCENTE MAÍRA BÁRBARA COSTA BARRETO,
REPRESENTANTE DA ENEN

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA VISÃO DOS/DAS ESTUDANTES

A que e/ou quem serve a universidade? A que e/ou quem se destina o conhecimento que nela é produzido? Quem possui acesso a universidade? Qual o papel que ela cumpre diante dos desafios da sociedade? Qual o papel social do nutricionista? A quem serve o nosso conhecimento? São perguntas como estas, que movem a ação da Executiva Nacional dos/das Estudantes de Nutrição, e fazem com que tão antiga quanto a história do Nutricionista seja a luta pela transformação na base de sua formação.

A compreensão da formação do nutricionista, enquanto prática social desenvolvida numa realidade concreta e histórica, entretanto, é obtida ao se responder a pergunta: que condições materiais permitiram o desenvolvimento do profissional do nutricionista no Brasil? Assim, a formação profissional deve ser analisada como parte integrante da prática produtiva capitalista, através do resgate histórico da formação, inserida no contexto da estrutura socioeconômica brasileira, pois a pergunta: "para que formar nutricionistas?", está ligada a uma outra: "qual a razão social dessa formação?".

Os currículos de ensino da Nutrição no Brasil vem sendo pautados na polarização entre o biológico e o social, o que na verdade significa a discussão acerca da formação técnica e política do nutricionista, como coisas distintas e não de forma indissociáveis como deve ser.

A profissão vem passando por algumas transformações, que são condicionadas em sua maioria, pelo projeto de sociedade adotado no país, pelas políticas governamentais voltadas para área da saúde, sendo assim, as discussões sobre a formação acadêmica tem fundamental importância para interferir no profissional que almejamos inserir no mercado de trabalho, e diante disso, temos grandes desafios para serem superados.

Refletindo sobre a reforma curricular, Não se trata de substituir um currículo por outro, uma disciplina por outra, mas de elaborar, discursivamente, a base de uma argumentação racional e fundamentada, as novas categorias do pensamento e as novas diretrizes que orientarão a formação em Nutrição. Afinal de contas, é o currículo, ou são os vários tipos de currículo presentes nos cursos, que ensinam ao nutricionista quem ele é? A formação profissional significa esforços, sacrifícios e custos de toda natureza. É necessário, portanto, que tenha um significado teórico e prático para o profissional e principalmente para os que usufruem da sua prática. Através das escolhas e práticas adotadas, o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária pode desenvolver-se e consolidar-se.

Os reconhecidos avanços que se tem nas discussões sobre o tema da formação profissional, não tem refletindo na mesma medida em avanços nas práticas, a fim de que de fato, haja uma reforma curricular que possa atender as demandas reais, e as necessidades reais discutidas, o que nos lembra a frase de Paulo Freire, do livro Pedagogia da Autonomia: "de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças", e este é um desafio que nos impõe a pensar e refletir.

Neste processo reflexivo, cabe trazer questões em relação a quem são os agentes dessas mudanças e qual o papel que cada um assume frente a tais desafios.

A formação do ensino superior está alicerçada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por nossa Constituição, sem esse tripé, não há formação completa do processo educativo.

Porém, o fato das concepções de extensão universitária estarem ligadas a disputa de concepção da própria universidade, para a construção de uma extensão universitária democrática e popular é necessário que os currículos incorporem projetos de extensão que não tenham como proposta político-pedagógica a imposição assistencialista na comunidade, mas sim, a troca, a construção, desconstrução

e até reconstrução entre o saber popular e científico, a fim de oferecer alternativas que possam contribuir com a vida de um povo, sem torna-los dependentes, e sim empoderando as pessoas.

Em relação a pesquisa, sua importância está intimamente ligada ao fato de que o elevado desenvolvimento científico é um elemento fundamental para o pleno desenvolvimento do país. E dentro das discussões de formação profissional, a ciência como algo neutro, não pode encontrar espaços.

Como se não bastasse a atual conjuntura de sucateamento de instrumentos, laboratórios e bolsas insuficientes de pesquisa, nos deparamos ainda nas universidades com um processo de mercantilização da produção científica para grandes corporações.

A ação das empresas privadas, junto ao ensino, acentua tal processo de apropriação privada do conhecimento universitário, uma vez que, ocorre a sobreposição dos interesses empresariais e o direcionamento das pesquisas realizadas. Logo, faz-se necessário, o adequado financiamento, para que haja a ampliação do investimento público pra a pesquisa, associada ao fim do apoio das empresas privadas. Para além disto, é necessário também repensar este modelo de produção científica, pautado no produtivismo, que sobrecarrega docentes e estudantes, os obrigando a produzir cada vez mais publicações, ignorando a enorme carga de trabalho que os professores já possuem e a falta de incentivo aos estudantes.

Acreditamos que deva acontecer uma revolução pedagógica nas universidades, com a adoção de métodos pedagógicos e de avaliação que sejam críticos e participativos, e que se reorganize a estrutura acadêmica, a fim de que esta seja permeável à participação democrática da comunidade, que haja mais valorização de projetos de extensão popular.

Nesta semana em que O Sistema Único de Saúde Completa 25 anos, comemoramos as conquistas, apontamos os desafios e nos fortalecemos para a luta pelo SUS ideal. É necessário que se sejam construídas estratégias capazes de estimular a formação para o SUS, comprometidas eticamente com seus princípios e diretrizes, favorecendo a compreensão de que os profissionais em formação e os já inseridos no mercado são agentes sociais e políticos capazes de promover a transformação na sociedade.

Que ainda na formação, os estudantes possam passar por espaços de vivência e aprendizagem que os coloquem em contato com o cotidiano do Sistema Único de Saúde, a fim de influenciar na formação de sujeitos comprometidos com as reais necessidades de saúde da população.

Tais estratégias necessitam estar alinhadas ao processo de mudança na graduação, bem como da construção de novos compromissos entre as universidades, os serviços e os movimentos sociais, para que assim, sejam construídas novas práticas pedagógicas de saúde para formar nutricionistas mais humanizados e que de fato defendem a saúde enquanto direito e não como mercadoria.

É preciso entender que não cabe ao nutricionista o mero papel de prescritor de dietas, nutricionista tem que saber de onde vem e de que maneira são produzidos os alimentos, questionar e intervir no modelo de produção de alimentos que temos hoje, focado no agronegócio e na larga utilização de agrotóxicos e transgênicos, que causam danos a saúde de quem planta e de quem consome e que destroem o meio ambiente.

É urgente a necessidade de termos conhecimento dos impactos negativos causados por este modelo de produção de alimentos promotor de doenças e que põe em risco a vida humana e a soberania alimentar dos povos, para isso precisamos dar enfoque a agricultura familiar agroecológica, através de disciplinas que tratem destas temáticas. Além disto, temos o contexto histórico do uso abusivo dos chamados “defensivos agrícolas” e fertilizantes, que passa despercebido em muitas universidades que não tem os agrotóxicos como temas transversais, onde não são estudados seus malefícios para saúde bem como para os alimentos no processo de produção.

Compreender o que de fato é um sistema alimentar sustentável nos dias de hoje é de fundamental importância para a formação crítica e integral de um nutricionista coerente e que trabalhe em prol da saúde pública.

Entendemos que a formação deve ser completa e dialogar com a sociedade, por isso, como não falar de empoderamento feminino em um curso majoritariamente composto por mulheres? Mulheres que ainda sofrem assédio moral de colegas, professores e chefes, que muitas vezes ganham menos e não tem reconhecimento, mesmo realizando as mesmas atividades que os homens. A discussão do feminismo deve se fazer presente em nosso processo formativo, para que possamos ser combativos(as) com atitudes machistas e opressoras e defendermos a autonomia feminina na profissão.

Temos vários questionamentos em relação ao sistema avaliativo, pois entendemos que da forma como é estruturado não leva em conta o crescimento dos estudantes nas disciplinas, ignorando o fato de que o aprendizado é um processo gradativo e que é dependente das particularidades e individualidades de cada um. Apontamos para a necessidade de pensarmos em um sistema avaliativo que de fato leve em consideração os aprendizados adquiridos pelos estudantes ao longo de sua formação.

Parabenizamos o Conselho Federal de Nutricionistas e aos Conselhos Regionais de Nutrição, que tem buscado a aproximação com os estudantes de Nutrição, com o objetivo de acompanhar e auxiliar os futuros profissionais em seu processo formativo, para que se tornem nutricionistas qualificados e comprometidos com a sociedade.

Concluo a fala trazendo a tona os questionamentos levantados inicialmente, como forma de reflexão para os estudantes e profissionais. Nutricionista, a quem serve o teu conhecimento?

Executiva Nacional dos/das Estudantes de Nutrição (ENEN).
Brasília, 25 de setembro de 2015.

II ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DIRETRIZES
CURRICULARES
NACIONAIS DO
CURSO DE
NUTRIÇÃO:

desafios e
possibilidades

25 E 26 DE
SETEMBRO
DE 2015

Brasília -DF

cfn

CONSELHO FEDERAL
DE NUTRICIONISTAS